

Maritime Law Academy - MLAW
Vol. 3, N° 1
Jan./ Jun. 2023

Revista Eletrônica

ISSN: 2763-8197

REVISTA DE
**DIREITO E
NEGÓCIOS
INTERNACIONAIS**
International Law and Business Review



REVISTA DE DIREITO E NEGÓCIOS INTERNACIONAIS DA MARITIME LAW ACADEMY

International Law and Business Review

Volume 3, Número 1
Jan. / Jun. 2023



MARITIME LAW ACADEMY
Excelência em educação

Diretora Geral

Eliane Maria Octaviano Martins

Contato

editor-chefe@mlawbrasil.com

Editor-Chefe

Marcelo José das Neves

Editor Executivo

Rogério Gonçalves

Editor Executivo

Renã Margalho

Capa

Daniel Augusto Arias Sodré

**Conselho Editorial
Internacional**

- Prof. Dr. Angelo Viglianisi Ferraro – Università Mediterranea di Reggio Calabria – Itália
- Prof. Dr. Antonio Lawand Junior – Charleston School of Law - Estados Unidos da América
- Prof. Dr. Ignacio Arroyo Martinez – Universidad Autónoma de Barcelona - Espanha
- Prof. Dr. Luis Alejandro Estoup – Cooley Law School, Michigan – EUA
- Prof. Dr. Manuel Januário da Costa Gomes - Universidade de Lisboa - Portugal
- Prof. Drª Montserrat Abad Castelos – Universidad Carlos III de Madrid – Espanha
- Prof. Dr. Renato Pezoa Huerta – Universidad Bolivariana de Chile - Chile

**Conselho Editorial
Nacional**

- Prof. Dr. Alexandre Ricardo Machado – Faculdade Estadual de Tecnologia (FATEC – SP)
- Profª. Drª Alexandria dos Santos Alexim – Universidade Cândido Mendes
- Profª. Drª. Amanda Athayde Linhares Martins Rivera – Universidade de Brasília
- Prof. Dr. André Panno Beirão – Escola de Guerra Naval
- Prof. Dr. Edson Mesquita dos Santos - Centro de Instrução Almirante Graça Aranha
- Prof. Dr. Eduardo Antonio Temponi Lebre – Universidade Federal de Santa Catarina
- Profª. Drª. Eliane Maria Octaviano Martins – Centro Universitário UNIFIEO
- Profª. Drª. Gabriela Soldano – Universidade Católica de Santos
- Prof. Dr. Gilberto Passos de Freitas – Universidade Católica de Santos
- Profª. Drª Ingrid Zanella Andrade Campos – Universidade Federal de Pernambuco
- Prof. Dr. Luís Alexandre Carta Winter - Pontifícia Universidade Católica do Paraná
- Prof. Dr. Marcelo David Gonçalves – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
- Prof. Dr. Marcelo Fernando Quiroga Obregon – Faculdades Integradas de Vitória
- Prof. Dr. Marcelo Lamy - Universidade Santa Cecília
- Profª. Drª Michele Cristie Pereira – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
- Prof. Dr. Paulo de Bessa Antunes - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
- Prof. Dr. Nelson Speranza – Universidade Santa Cecília
- Profª. Drª Norma Sueli Padilha - Universidade Federal de Santa Catarina
- Prof. Dr. Osvaldo Agripino de Castro Junior – Universidade do Vale do Itajaí
- Prof. Dr. Sidney Guerra – Universidade Federal do Rio de Janeiro
- Prof. Dr. Solon Sehn – Universidade do Vale do Itajaí
- Prof. Dr. Wagner Menezes – Universidade de São Paulo
- Prof. Dr. Washington Carlos de Almeida – Universidade Presbiteriana Mackenzie
- Prof. Dr. Washington Luiz Pereira Soares – Universidade Santa Cecília



Direito e o comércio exterior são temas fundamentais aos profissionais que atuam em diversos ramos de negócios internacionais. Constatase, porém, que há poucos periódicos que se dedicam a esses temas que geralmente não tem destaque na formação do profissional do direito. Considerando a tendência e a necessidade do mercado, a Revista de Direito e Negócios Internacionais se propõe a suprir essas lacunas, contribuindo para a disseminação de conteúdo relevante aos profissionais e acadêmicos interessados na temática.

A Revista de Direito e Negócios Internacionais da Maritime Law Academy é uma publicação acadêmica que tem por objetivo a publicação de trabalhos que estabeleçam conexões entre os Negócios Internacionais e o Direito e que versem sobre temas relacionados ao comércio exterior; transporte marítimo e marinha mercante; transporte aéreo, ferroviário, rodoviário e dutoviário; transporte multimodal; domínio marítimo e aéreo; logística, portos e aeroportos; aduana e tributação, dentre outros.



Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento.



MARITIME LAW ACADEMY

Excelência em educação

REVISTA DE DIREITO E NEGÓCIOS INTERNACIONAIS DA MARITIME LAW ACADEMY

International Law and Business Review

Volume 3, Número 1
Jan. / Jun. 2023

Sumário

Apresentação

Eliane Maria Octaviano Martins
Páginas 05 - 06

A (im)possibilidade de retenção da mercadoria pelo transportador rodoviário de carga, em caso de inadimplemento do valor do frete, à luz do Decreto nº 19.473, de 10 de dezembro de 1930

Francisco Campos da Costa; Jonathan Silvy Rodrigues
Páginas 07 – 26

Ambiente do trabalho saudável como princípio e direito fundamental do trabalho e a sua repercussão na indústria shipping

Augusto Grieco Sant’Anna Meirinho
Páginas 27 – 47

Áreas de Porto Organizado no Brasil: conflito jurisdicional

Adilson Luiz Gonçalves
Páginas 48 – 79

Averia Gruesa: propedéutica de um instituto desde la teoría y práctica

Renato Pezoa Huerta; Vicente Ríos Urzúa
Páginas 80 – 111

Infrações e penalidades no âmbito aduaneiro: uma revisão sobre o sistema

Bruno Eduardo Budal Lobo
Páginas 112 – 138



**Liberação de mercadorias provenientes do exterior:
análise dos requisitos legais para a concessão de tutela provisória**

Aylton Bonomo Junior

Páginas 139 – 160

**Porto de Santos - Zona de Processamento de Exportação viável:
um trunfo logístico em prol da reindustrialização sustentada do Brasil**

Adilson Luiz Gonçalves

Páginas 161 – 191

**Transporte marítimo de cargas, atraso na atracação do navio e despesas com armazenagem de mercadorias:
um estudo jurídico da cobrança de sobreestadia de armazenagem e atuação regulatória da ANTAQ**

Pedro Henrique Colla

Páginas 192 – 211

Apresentação

Entender sobre o mar e dominar os conhecimentos envoltos na navegação e nas embarcações, por várias vezes foram cruciais para determinar os rumos da história.

Nas guerras médicas, no Sec. V a.C, as embarcações protagonizaram a vitória grega sobre o numeroso Império Persa, graças ao planejamento e investimento de Atenas, que ampliou e aprimorou sua frota naval, ao longo de 10 anos, no intuito de resistir a contraofensiva Persa.

Mais à frente, nos Sec. XV e XVI, a expansão ultramarina e o aperfeiçoamento do poder bélico das embarcações, permitiu a expansão de fronteiras e o domínio do mercado de commodities, com destaque para Portugal, Espanha, Inglaterra, Holanda e França, consolidando a ocupação europeia em outros continentes.

A formação do território brasileiro também foi impactada pela navegação e pela pretensão de domínio ultramarino. A ocupação dos povos originários, o Tratado de Tordesilhas e a colonização portuguesa, a abertura dos portos para as nações amigas, o implemento de embarcações a vapor e a exploração do pré-sal, são exemplos de que as águas e a navegação possuem um relevante papel histórico, geopolítico, econômico, social e cultural, no Brasil.

Diante de tamanha relevância, a Revista de Direito e Negócios Internacionais continua com a missão divulgar conhecimentos científicos que se liguem ao direito marítimo, portuário e aduaneiro, trazendo 8 (oito) artigos com excelência acadêmica e científica.

Inaugurando os Artigos revisados por pares no sistema double blind review desta edição, FRANCISCO CAMPOS DA COSTA e JONATHAN SILVY RODRIGUES, no artigo intitulado A (IM)POSSIBILIDADE DE RETENÇÃO DA MERCADORIA PELO TRANSPORTADOR RODOVIÁRIO DE CARGA, EM CASO DE INADIMPLEMENTO DO VALOR DO FRETE, À LUZ DO DECRETO Nº 19.473, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1930, analisam a (in)existência de amparo legal para que o transportador rodoviário de carga retenha em sua posse a mercadoria transportada, em caso de inadimplemento do valor arbitrado à título de frete, até que este venha a ser quitado pelo contratante/embarcador. Na sequência, AUGUSTO GRIECO SANT'ANNA MEIRINHO nos traz o artigo AMBIENTE DO TRABALHO SAUDÁVEL COMO PRINCÍPIO E DIREITO FUNDAMENTAL DO TRABALHO E A SUA REPERCUSSÃO NA INDÚSTRIA SHIPPING, apresentando o ambiente do trabalho seguro e saudável, na indústria shipping, como novo princípio e direito fundamental no trabalho adotado pela Organização Internacional do Trabalho. Em seguida, o artigo ÁREAS DE PORTO ORGANIZADO NO BRASIL: CONFLITO JURISDICIONAL,

de ADILSON LUIZ GONÇALVES, aborda o conflito jurisdicional existente no âmbito da relação portuária, utilizando a Cidade de Santos como referência, concluindo que a ocupação de áreas dentro das poligonais de portos organizados deve ser compatível com a legislação municipal, indicando, como caminho ideal, a conjugação entre todos os níveis de governo, iniciativa privada e comunidade no planejamento e implantação de planos e projetos. RENATO PEZOA HUERTA e VICENTE RÍOS URZÚA promovem uma revisão sobre a dogmática do instituto da avaria grossa, considerando sua constituição com base nas Regras de York e Antuérpia e seus elementos gerais, no estudo intitulado AVERIA GRUessa: PROPEDEÚTICA DE UM INSTITUTO DESDE LA TEORÍA Y PRÁCTICA. Na quinta seção, o artigo INFRAÇÕES E PENALIDADES NO ÂMBITO ADUANEIRO: UMA REVISÃO SOBRE O SISTEMA, BRUNO EDUARDO BUDAL LOBO buscou avaliar e construir o conceito de infrações aduaneiras, com o objetivo de reduzir a complexidade para o intérprete pela divisão em elementos que permitam uma melhor definição da hipótese e do consequente normativo ao identificar-se onde se enquadra a infração e a penalidade. AYLTON BONOMO JUNIOR analisa quais seriam os critérios legais para concessão de tutela provisória para liberação de mercadorias provenientes do exterior, no artigo LIBERAÇÃO DE MERCADORIAS PROVENIENTES DO EXTERIOR: ANÁLISE DOS REQUISITOS LEGAIS PARA A CONCESSÃO DE TUTELA PROVISÓRIA. Na sequência, em seu segundo artigo nesta edição, ADILSON LUIZ GONÇALVES demonstra a viabilidade de implantação de uma Zona de Processamento de Exportação na área continental da Cidade de Santos, tendo o Porto de Santos como trunfo logístico, no artigo PORTO DE SANTOS - ZONA DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO VIÁVEL: UM TRUNFO LOGÍSTICO EM PROL DA REINDUSTRIALIZAÇÃO SUSTENTADA DO BRASIL, demonstrando a importância das Zonas de Processamento de Exportações como instrumento de desenvolvimento sustentável do Brasil, conciliando interesses ambientais, sociais e econômicos. Por fim, encerrando esta edição, PEDRO HENRIQUE COLLA busca atestar que, a interposição do ente regulador no acaso provoca descumprimento aos princípios da livre iniciativa e de livre concorrência, trabalhando contra a própria regularização do mercado que, em conclusão, resulta em serviços mais caros ao usuário, no artigo TRANSPORTE MARÍTIMO DE CARGAS, ATRASO NA ATRACAÇÃO DO NAVIO E DESPESAS COM ARMAZENAGEM DE MERCADORIAS: UM ESTUDO JURÍDICO DA COBRANÇA DE SOBREESTADIA DE ARMAZENAGEM E ATUAÇÃO REGULATÓRIA DA ANTAQ.

Desejamos uma excelente leitura!

Santos, em 28 de junho de 2023

Eliane Maria Octaviano Martins

